

Uma prática de leitura: a emergência do impossível no fio do discurso

Marilei Resmini Grantham
FURG

Ercília Cazarin
UCPEL

Resumo: O texto realiza, sob a ótica da Análise do Discurso, a prática de leitura de um enunciado que fez parte da capa da Revista IstoÉ, n. 2436, de 12 de agosto de 2016, em reportagem intitulada É HORA DE SAIR. A referida revista, conhecida por ter se posicionado sempre fazendo duras críticas ao governo Dilma, nessa edição, contrariando sua linha editorial e a própria chamada da matéria, estampa o enunciado “Os crimes contra ela ficaram evidentes”. Concebendo a língua como materialidade do discurso com espaço para o possível e para o impossível que lhe é próprio, e tomando o enunciado como texto, nos permitimos apreender efeitos desse impossível que emerge pela língua. A IstoÉ, na perspectiva da psicanálise, acaba produzindo um ato falho e, na da AD, um equívoco que se constrói pela própria língua, fazendo emergir o impossível do discurso para a FD que sustenta os dizeres da IstoÉ.

Palavras-chave: leitura, língua, possível e impossível da língua, ato falho, equívoco

Title: A reading practice: the impossible emerging from the line of discourse

Abstract: This text performs, from the viewpoint by the theory Discourse Analysis (AD), the practice of reading a sentence that was part of the magazine cover IstoÉ, number 2436, dated August 12, 2016, in a matter titled "IT IS TIME TO LEAVE". This magazine, known for always having positioned itself with harsh reviews of the Dilma government, in this edition, contradicting an editorial line and the own call of the matter, stamped the sentence "The crimes against it became evident". We conceiving the language as the materiality of discourse with space for the possible and the impossible that is its own, and taking the sentence as text, we allow ourselves to apprehend effects of this impossible that emerges through the language. IstoÉ, in the perspective of psychoanalysis, produces a flawed act and, in the perspective of AD, a equivocal that is constructed by the language itself, making emerge the impossible of the discourse for the FD that supports the senses of IstoÉ.

Keywords: reading, language, possible and impossible language, act flawed, equivocal.

Introdução

Concebendo a língua como materialidade do discurso com espaço para o possível, mas também para o impossível, nos propomos a analisar um enunciado, aqui

tomado como texto¹, que nos permite apreender efeitos desse impossível que emerge pela língua. Queremos fazer isso relacionando esse processo à produção da leitura, sendo esta concebida como prática discursiva, como uma leitura que considera “o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 1999, p. 34).

Considerar a leitura nessa dimensão nos leva também a pensar na noção de sujeito sob a perspectiva da Análise de Discurso. Sobre esse sujeito, nos diz Orlandi (1999):

Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 1999, p.49)

Nesta perspectiva, o sujeito não é um sujeito empírico, coincidente consigo mesmo. E nem sujeito nem sentidos são constituídos *a priori*, mas se constituem concomitantemente no/pelo discurso. Na verdade, o sujeito é uma posição, um

¹ Texto entendido, conforme Orlandi (2001, p. 13), como unidade linguística disponível, preexistente [...], mas em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade - é preciso entendê-lo como unidade de análise como dispositivo analítico que, na AD, se faz na relação de interpretação com a descrição.

lugar. O modo como o sujeito ocupa esse lugar não lhe é acessível, da mesma forma que a língua não é transparente nem o mundo diretamente apreensível. Tudo é constituído pela ideologia, condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Nesta medida, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.

A partir de considerações como essas, tomamos para análise um enunciado que fez parte da capa da Revista IstoÉ, n. 2436, de 12 de agosto de 2016², em reportagem intitulada É HORA DE SAIR, em que se destaca a votação final do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, que aconteceria no dia 25 do mesmo mês. A referida revista, considerada como um dos pilares da grande mídia, é conhecida por ter se posicionado sempre fazendo duras críticas ao Governo Dilma e a seus aliados, ao longo desse processo. Ocorre que nessa edição, contrariando sua linha editorial e a própria chamada da matéria, emerge na revista o enunciado “Os crimes contra ela ficaram evidentes”. Diante disso, nos perguntamos: teria a revista que tanto atacou Dilma “mudado de lado”? Teria apenas ocorrido involuntariamente um erro na finalização da edição? Teria emergido aí o discurso de manifestantes contra o golpe parlamentar, representado por movimentos sociais, sindicais, personalidades políticas e intelectuais? Enfim, como atribuir sentido a esse enunciado?

De nosso lugar de analistas de discurso, o que nos interessa, a partir desses questionamentos, é mostrar que

² Tal capa foi publicada na edição n.2436, do dia 12/08/2016 e republicada na Revista Forum (18 de agosto de 2016) que, em matéria de Matheus Moreira, chama atenção para o ato falho nela contido. <http://www.revistaforum.com.br/> Essa noção será desenvolvida posteriormente neste trabalho.

uma leitura literal e/ou mesmo uma análise de conteúdo³ não seriam suficientes para dar conta de atribuir sentido a um enunciado dessa natureza. Para tanto, nos valem os pressupostos teóricos da análise de discurso (AD) de filiação pecheuxiana, a partir dos quais entendemos ser possível a compreensão do referido enunciado.

Alguns pressupostos

Antes de adentrarmos na questão da leitura, entendemos importante enfatizar nosso ponto de vista a respeito de algumas noções, como as de texto, língua, ideologia e interpretação.

O texto é um conceito importante para nós, pois, embora o discurso seja o objeto de estudo da análise de discurso (AD), chegamos ao discurso por meio de textos. Quando nos referimos a texto, não estamos tratando de “apenas uma frase longa ou uma soma de frases. Ele é uma totalidade com sua qualidade particular, com natureza específica” (ORLANDI, 1999, p. 18). Enquanto analistas, precisamos remeter o(s) texto(s) a um discurso que, por sua vez, vai fazer referência a uma formação discursiva (FD), inscrita na complexidade do interdiscurso. Isso nos leva à concepção de que, em um texto, inscrevem-se múltiplas possibilidades de leitura.

Enfim, é através de uma dispersão de textos que chegamos ao discurso. O texto constitui-se como unidade de análise e nos possibilita chegar ao discurso e, por sua vez, este é que sustenta o texto. No caso em pauta, o enunciado “Os crimes contra ela ficaram evidentes” é que nos levaria ao discurso da IstoÉ. Mas aí inicia nosso estranhamento, pois esse enunciado, dadas as suas condições de produção, não é

³ A análise de conteúdo procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? (ORLANDI, 1999, p. 17).

sustentado pelo discurso da referida revista. O que estaria ocorrendo então?

Diante disso, somos levadas a procurar compreender, a partir de Orlandi (1999, p. 69-70), como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade linguístico-histórica. Precisamos, portanto, compreender o texto como um fato de linguagem, afetado pela exterioridade que lhe é constitutiva e que, embora não transparente, se reflete na/pela materialidade da língua.

A língua, como já sinalizamos, é concebida como materialidade do discurso e com espaço para o possível e para o impossível, pois o furo, o lapso, o equívoco ocorrem e são apreendidos nela e por ela. Conforme Leandro Ferreira (2000) “a língua é um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, as marcas significantes da língua são capazes de deslocamentos, de transgressões, de rearranjos” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.107-108). É ainda neste texto que a autora escreve que na língua há espaço para o possível e para o impossível e que *o real da língua é o impossível que lhe é próprio*, é a ordem da língua afetada pelo interdiscurso.

Assim, em uma perspectiva discursiva, não há como separar *o possível do impossível da língua*. Isso nos leva a entender que não há o “fora da língua”, tudo está “dentro” – a sintaxe, lugar de organização da língua, tem espaço para a flutuação, para o jogo e para a falta. Para a Análise de discurso, assim, a sintaxe serve como via de acesso à ordem do discurso, mas não se constitui em um domínio neutro, indiferente ao sentido, pois, na organização da língua, intervém o *real da história*, como uma contradição que interfere, constitutivamente, tanto no dizer quanto no interpretar.

Orlandi (1990, p. 26) escreve que “o discursivo, em Pêcheux, materializa o contato entre o ideológico e o linguístico”, mas, na AD, não se parte da ideologia (como dissimulação, ou não, do real) para o sentido, e sim procura-

se compreender os efeitos de sentido a partir do pressuposto de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia. Na medida em que dizemos que a ideologia pode ser apreendida pelo discurso, fica implícito o fato de que a mesma está presente nos mais diferentes gestos de interpretação. Conforme a autora (2012) “se de um lado, não podemos não interpretar, pois, diante de um objeto simbólico o sujeito sofre injunção à interpretação, de outro, a linguagem aparece como transparente como se os sentidos estivessem já sempre lá” (ORLANDI, 2012, p. 170). Nesse sentido, vale sempre lembrar que, em AD, o sujeito não enuncia na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia – um sujeito inscrito na história.

O que escreve Orlandi nos leva ao posicionamento de Pêcheux quando, em abril de 1983, escreve:

A análise de discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, *op. cit.*, p. 53).

Também em “*O discurso: estrutura ou acontecimento*”, Pêcheux (1990, p.54) escreve que a interpretação é possível porque há o *outro* nas sociedades e na história. É com esse *outro* que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência que possibilita a interpretação. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como exterioridade, ou seja, como o “lugar” do outro. Essa relação permite que as *filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes*. Ao analista de discurso, cabe realizar descrições regulares de montagens discursivas⁴ para detectar “os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, *op. cit.* p. 57).

Sobre a leitura

De início, já registramos que a leitura, na perspectiva da AD, é concebida como um processo de produção de sentidos – como prática discursiva. Pautar a prática da leitura/interpretação a partir dessa concepção implica considerá-las como processos de produção de sentidos, isto é, como um gesto de interpretação do sujeito que lê, e que, nesse processo, (re)configura os sentidos do texto, colocando-os em relação com outros anteriormente postos; já-ditos que se estabelecem a partir da perspectiva da confluência ou da ruptura, da diferença. A leitura

⁴ Orlandi (1999, p.63) explica que a construção de montagens discursivas deve obedecer a critérios decorrentes de princípios teóricos da AD, que face aos objetivos da análise, permitam chegar à compreensão de como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

constitui-se, então, como momento crítico de uma relação entre autor / texto / leitor.

Quando do encerramento do Colóquio sobre Materialidades Discursivas ([1981] 1980, p. 199-202), Pêcheux retoma um dos temas por ele abordado na palestra de abertura: a leitura, enfatizando a necessidade de desfazer as evidências de uma leitura subjetiva e apontando para o fato de que é “nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais particular de leitura”. Segundo ele, a prática do trabalho sobre os discursos “não pode mais ser definida como uma leitura em que se misturam o ver e o entender, e sim como um trabalho no sentido de trabalho filosófico”. Um trabalho de leitura, nessa perspectiva, conduz “a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível, isto é, regular um sistema e um intradiscurso e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos”.

Nesse ponto do texto, cita Marandin⁵:

[...] não se trata de uma leitura plural na qual o sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê' (op.cit. p. 53).

Nessa perspectiva, vale lembrar que nem o sujeito-autor, nem o sujeito-leitor são a fonte de sentidos, pois estes

⁵ Jean-Marie Marandin, Algorithmes 81 (não publicado).

se formam “na história, através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito” (MALDIDIER, 2003, p. 96). Ler constitui-se, assim, em uma prática social que mobiliza o interdiscurso, conduzindo o leitor, enquanto sujeito histórico, a inscrever-se em uma disputa de interpretações. Este desestabiliza sentidos já dados, daí o efeito de inconsistência de todo e qualquer texto, que se caracteriza como uma heterogeneidade provisoriamente estruturada. Ler, escreve Indursky (2001, p.37), “é mergulhar em uma teia discursiva invisível” construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re)construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor. Na prática da leitura, o sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, identificando-se ou não com ele.

É possível entender, a partir do que escrevem Pêcheux (op. cit.) e os demais autores citados, que essas tomadas de posições do sujeito, enquanto gestos de interpretação, marcados pela historicidade, permitem, na análise, a compreensão de sentidos possíveis de serem produzidos pelo texto. Daí o interesse, como já apontamos, de trabalharmos com uma concepção de leitura que se distancia da leitura literal – aquela que supõe uma espécie de inocência de um leitor desprovido de ideologia e apto a encontrar o conteúdo do texto – e também de uma leitura hermenêutica, que supostamente encontraria nas entrelinhas o sentido oculto do texto.

A leitura que buscamos, denominada por Althusser de *leitura sintomal*, caracteriza-se, portanto, por um descentramento do sujeito, na medida em que, ao privilegiar a noção de estrutura discursiva, recusa a tese central do idealismo humanista – que coloca o homem como centro e origem de tudo – e procura construir um modo de ler que trabalha nas lacunas, nas contradições, nos silêncios da materialidade do texto. Nosso interesse é justamente pensar em uma forma de leitura que permita identificar e

compreender aquilo que não é visível, reconhecer a lacuna, a ausência e o silêncio do discurso do outro.

A partir de pressupostos como esses é que analisamos o texto em pauta, tendo presente que também não somos isentas do gesto de interpretação.

A análise

Conforme já afirmamos anteriormente, o enunciado que motiva esta análise – “Os crimes contra ela ficaram evidentes...” – faz parte do texto de capa da revista IstoÉ, n. 2436, de 12 de agosto de 2016, em reportagem intitulada É HORA DE SAIR. Apresentamos a seguir a capa da revista, tomada aqui como texto, bem como sua republicação pela revista Forum no dia 18 do mesmo mês.

FIGURA 1. Capa da IstoÉ⁶

⁶ fonte: <http://revistas-e-jornais.blogspot.com.br/2016/08/isto-e-edicao-2436-17-agosto-2016-br.html> - Acesso em 04/11/2016.



A OLIMPÍADA DA SUPERAR
NAS QUADRAS, EM TODO O RIO E NA TRAJE
COMO RAFAELA SILVA, A GARRA VENCEU

ISTO

A HORA DE SAIR

Dilma já leva seus pertences para Porto Alegre e planeja exílio de oito meses pela América Latina. Os crimes contra ela ficaram evidentes e, com a sua iminente retirada, a gestão que levou o País à ruína econômica será finalmente uma página virada

EXCLUSIVO

DELAÇÃO DA DAS

A pedido de Lula, empreiteira comprou o silêncio de Rosemary

PATRIMÔNIO DESVIADO

Os documentos do TCU que comprovam o extravio de bens da União nas gestões de Dilma e Lula

Linguagem 8



FIGURA 2. Republicação da capa da IstoÉ pela revista Forum⁷



Em Análise de discurso (AD), a preocupação centra-se em como o discurso funciona, isto é, em como, ao dizer de uma maneira e não de outra, produzimos sentidos. O que apagamos e o que lembramos? Essa indagação tem a ver com o fato de que as práticas discursivas são concebidas como gestos do sujeito que escreve, que lê, que interpreta, em distintas situações de produção – o sujeito, inscrito na história e determinado pelos saberes próprios ao *lugar social* que ocupa, projeta, no seu imaginário, sentido(s) possíveis na formação discursiva (FD) em que está inscrito.

⁷ <http://www.revistaforum.com.br/> Acesso em 03/10/2016.

Nesse sentido, o texto (unidade de análise do discurso), na sua incompletude, é concebido como uma trama de fios que, ao mesmo tempo em que se tecem, abrem fendas/brechas que podem ser preenchidas por já-ditos ou por um novo vir a ser do discurso. Assim, tanto a escritura quanto a leitura se constituem como práticas sociais que mobilizam o interdiscurso (a memória do dizer) e conduzem o produtor e o leitor do texto, enquanto sujeitos históricos, a inscreverem-se em uma disputa de interpretações.

Tomemos então o enunciado da capa da revista IstoÉ: “Os crimes contra ela ficaram evidentes”.

Podemos pensar, em um primeiro momento, em possíveis paráfrases desse enunciado: aquelas que caberiam na FD representativa do discurso da IstoÉ (FD1) e aquelas que se inscreveriam em uma FD contrária a esse discurso (FD2).

Assim, por exemplo, poderíamos ter, dentre outras, na FD1: “Dilma cometeu crimes”; “Os crimes que ela cometeu ficaram evidentes”; “Os crimes cometidos por Dilma foram denunciados”; “Os crimes contra a administração pública ficaram evidentes”; “Dilma é criminosa”. Observemos, inicialmente, que a palavra *evidentes* produz, nesta FD, o efeito de verdade, de fato indubitável, incontestável. Além disso, ao empregar a oração restritiva “que ela cometeu”, a revista IstoÉ imagina estar produzindo o efeito de especificação sobre quem cometeu o crime. Desta forma, a revista estaria acusando a presidenta, sem se dar conta de que outro sentido seria possível.

Já no âmbito da FD2, teríamos a possibilidade de outras paráfrases: “Os crimes que cometeram contra Dilma ficaram evidentes”; “Os crimes que a Câmara dos Deputados cometeu se tornaram explícitos”; “Os crimes que o Senado cometeu foram descobertos”; “Os crimes cometidos contra os eleitores de Dilma ficaram evidentes”; “O crime cometido contra a democracia representativa ficou evidente”; “Os criminosos são os que tomaram o poder”. Como se pode

observar, o efeito de sentido que se produz na FD2 é de outra ordem. Essa leitura encontra respaldo no fato de que, do ponto de vista linguístico, a preposição *contra* introduz – na estrutura “crime contra” – aquele que foi lesado (por exemplo, em crime contra a administração pública, a parte lesada é a administração pública); por outro lado, para se caracterizar um tipo de crime, diz-se “crime de” (como em “crime de lesa-majestade à soberania”). Portanto, na estrutura “crimes contra ela”, produzida pela revista IstoÉ, a preposição *contra* acaba por introduzir – sem que a revista se dê conta – quem foi lesado: ela, a presidenta Dilma. Seria esse sentido – o de colocar a presidenta Dilma Rousseff no lugar de vítima – o sentido desejado pela revista IstoÉ? Ao examinarmos o restante do texto [... com sua iminente retirada a gestão que levou o país à ruína econômica será finalmente uma página virada], quer nos parecer que não, pois aí se desvela a linha ideológica da revista, claramente contrária à gestão da presidenta. Haveria então nesse enunciado um erro comum? Um engano? Uma falha de redação?

No nosso entender, acreditamos que o que ressoa nesse enunciado é o discurso-outro, aquele representativo da FD contrária aos dizeres da IstoÉ, que se identifica com um dizer em que a presidenta não cometeu crime de responsabilidade e que, portanto, não deveria perder o mandato. O que acontece é que, de forma inconsciente, ao buscar no discurso-outro esse enunciado e reproduzi-lo, a IstoÉ acaba produzindo um ato falho, um lapso. E isso nos leva a Freud.

Segundo Freud (In: CHEMAMA, 1995, p.18), o ato falho é como sintoma, constituição de compromisso entre o intuito consciente e o reprimido. Através do ato falho, o desejo do inconsciente é realizado. Para Freud, nenhum gesto, pensamento ou palavra acontece acidentalmente, o que difere o ato falho do erro comum. Desta forma, o ato

falho não é mero acidente linguístico ou erro comum, mas sintoma a ser interpretado. Se há no ato falho a expressão de um desejo inconsciente do sujeito, que se realiza apesar dele, a hipótese freudiana pressupõe, assim, a prévia intervenção do recalçamento. O ato falho resulta então da interferência de duas intenções diferentes. O desejo inconsciente (recalcado) do sujeito tentará expressar-se, apesar de sua intenção consciente, induzindo nele uma perturbação cuja natureza parece depender, de fato, somente do grau de recalçamento. No ato falho, é o retorno do desejo recalcado que irrompe como uma espécie de tendência perturbadora que contraria a intenção consciente do sujeito. O recalçamento de um desejo constitui, portanto, a condição indispensável para a produção de um ato falho.

Assim, se a intenção era acusar a presidenta de “crimes evidentes”, tal intenção se perdeu quando o enunciado foi formulado como “crimes contra ela”, pois nesse enunciado sentidos-outros se produzem: o de que ela foi alvo de crime, de falsas acusações. Daí entendermos, em AD, que, por mais que cerquemos o sentido, ele sempre pode escapar.

O ato falho, assim, tem duplamente uma função: assinala em primeiro lugar a revelação de um desejo inconsciente; ao mesmo tempo, atesta um inconsciente estruturado como uma linguagem. O ato falho que aí se materializa, como vimos, é da ordem do inconsciente, mas entendemos também que nossa análise pode avançar por outro viés, que é da ordem da língua e da ideologia.

Estaríamos, assim, diante daquilo que Gadet e Pêcheux (1984) denominam de *equivoco*. Para os autores, o que afeta e corrompe o princípio da univocidade da língua não é nela localizável. É justamente a noção de equivoco que dá conta dessa questão: “O equivoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (GADET e PÊCHEUX, 1984, p. 64). Para os autores, “a

irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua”. O equívoco, nesta medida, conforme encontramos em Pêcheux (1990), na obra “O discurso: estrutura ou acontecimento”, aparece como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico.

Lembramos ainda, citando Orlandi (1999), que, para a Análise de Discurso, “há um real da história, de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente” (ORLANDI, 1999, p.19). É, pois, conjugando a língua com a história na produção de sentidos que os estudos do discurso trabalham a forma encarnada na história para produzir sentidos: a forma linguístico-histórica.

Se o equívoco afeta o real da história, o real da língua, por sua vez, não está cosido às suas bordas como uma língua lógica: está atravessado por fissuras, atestadas pela presença de lapsos, atos falhos. O real da língua, conforme Leandro Ferreira (2000), pode ser então assim definido: “O real, que é da ordem da língua, se opõe à realidade, que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um ‘impossível’ inscrito igualmente na ordem da língua” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p.26). O real da língua⁸, assim, é marcado pelo não-todo, pelo impossível; e o acesso ao impossível põe em evidência o fato de que existe pelo menos um lugar de onde se fala daquilo que não se pode falar: esse lugar é o inconsciente, ou o real da língua.

É isso que vemos nesse enunciado, quando, na tentativa de acusar a presidenta, a IstoÉ acaba produzindo um ato falho que denuncia que não houve crime por parte dela, mas também produz um equívoco que se constrói pela

⁸ O termo “real da língua” é oriundo da psicanálise, tem origem em Lacan e foi desenvolvido na linguística por Milner (1987), em “O amor da língua”.

própria língua, fazendo emergir o impossível do discurso para a FD que sustenta os dizeres da IstoÉ.

Tudo isso nos mostra que nem sujeito nem sentidos são constituídos *a priori* - são constituídos no discurso. É assim que, para Pêcheux (1988, p.160), o sentido de uma palavra, de uma expressão, não existe em si mesmo, em sua relação com a literalidade transparente do significante, mas se produz de acordo com as posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras e expressões são produzidas. É isso que explica o fato de que as palavras e expressões mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam e também de acordo com aqueles que as interpretam.

Assim, embora o enunciado “Os crimes cometidos contra ela” seja produzido em uma FD de oposição à Dilma Roussef, isso não confere a essas palavras uma literalidade, uma transparência, mas, ao contrário, acaba revelando o discurso-outro, de identificação com a presidenta.

O que se pode dizer então é que o enunciado “Os crimes contra ela ficaram evidentes” não é mero engano. Embora a IstoÉ não suporte esse equívoco, ele é manifestação do inconsciente, é lugar onde se fala daquilo que não se pode falar. Nele emergem sentidos não esperados, retomados do interdiscurso, sem que a revista istoÉ tenha consciência deles, sem que se dê conta. É a ideologia e o inconsciente que aí se atravessam – a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos; e o inconsciente atravessa o sujeito e, por mais que esse sujeito tenha uma certa intenção ao produzir seu dizer, nada lhe garante que a mesma se concretize.

Sendo a ideologia um efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, a evidência do sentido é um efeito ideológico que apaga para o sujeito a historicidade de sua construção, pois as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas postas em relações. É aí que se produz

o sentido. No caso em pauta, possivelmente um sujeito inscrito na FD representativa dos saberes da IstoÉ, ao ler o referido enunciado, passaria ao largo do estranhamento que analisamos aqui, não percebendo o ato falho e o equívoco por nós apontados. É bem possível que esse sujeito faria sua leitura associando os crimes a ela, mesmo que o enunciado, de modo literal, atribua a “outros” crimes cometidos contra ela (como condená-la sem haver crime comprovado de responsabilidade fiscal).

Considerações finais

Com as reflexões realizadas, registramos ainda que a interpretação que fazemos não é neutra, pois também somos sujeitos interpelados pela ideologia; por outro lado, temos presente que essa interpretação não pode ser qualquer uma, porque é necessário um discurso e uma teoria que a sustente.

Partimos do pressuposto de que um discurso, como afirma Pêcheux, é efeito de sentido entre interlocutores e de que esse efeito já é resultado de um gesto de interpretação. Tão logo lemos o texto em pauta, produzimos sentido e, ao mesmo tempo, nos inquietamos com outros que poderiam advir a partir do mesmo.

“Flagrar” um gesto de interpretação no momento em que ele se dá, poderia ser tomado como sendo o “olhar” do analista frente a um funcionamento discursivo, procurando entender o efeito de sentido no momento efêmero da enunciação.

Se há um real da língua e um real da história, o trabalho do analista é justamente compreender a relação entre essas duas ordens de real.

No entanto, como analistas, embora despojados, somos, ao mesmo tempo, responsáveis pela leitura que

fazemos. O desafio, como nos ensina Pêcheux (1998, p. 55), é interpretar despojadas da pretensão de um sentido único.

Desse modo, diante de um enunciado como este que analisamos – Os crimes cometidos contra ela ficaram evidentes – procuramos considerar não apenas o que está dito, mas também aquilo que não está dito e que, de alguma forma, sustenta o que está dito, pois *lhe* é constitutivo. Por isso, procuramos pensar nas outras maneiras de se dizer o que foi dito e o que isso significaria, o que nos levou a reconhecer um discurso heterogêneo, atravessado pelo discurso-outro, seu contrário, ou seja, a emergência do impossível, de um discurso-outro no fio do discurso da IstoÉ.

Referências

CHEMAMA, Roland. *Dicionário de Psicanálise*/ Roland Chemama; trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel. *La Lengua de Nunca Acabar*. Traducido por Beatriz Job. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNEST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Bornéo Susana (org). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje – Denise Maldidier*; tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Terra à Vista!* discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Oralidade e interpretação: o dito, o esquecido, o disperso, o indistinto. In: *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Ouverture du colloque. In *Matérialités Discursives*. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981.

_____. La frontière absente (um bilan). In *Matérialités Discursives*. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille: Presses Universitaires, 1981.

_____. *Semântica e Discurso (1975)*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi...[et.al.].Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloísa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS*. N° 01, 2ª ed., novembro 1998.